

O relacionamento do RS com o Exterior

*Teresinha da Silva Bello**

Introdução

O presente texto analisa as relações do Rio Grande do Sul com o Exterior, não somente no que diz respeito ao seu setor exportador, mas em uma tentativa de estender a análise além dos aspectos meramente comerciais. Assim, procura-se também enfocar aspectos como o relacionamento do Estado com o Mercosul e a busca por recursos externos empreendida pelo RS.

Na primeira parte do trabalho, são analisadas as exportações gaúchas, onde são apresentados os resultados globais do Estado, os principais produtos exportados pelo RS em 1995, bem como o destino de suas exportações. Nela, também constam algumas dificuldades enfrentadas pelo setor exportador gaúcho — como é o caso das deficiências em infra-estrutura do Estado —, bem como alguns comentários sobre o Programa Novos Pólos de Exportação, lançado em novembro de 1995, que deverá promover um incentivo às exportações do Rio Grande do Sul.

A segunda parte abrange os principais tópicos da relação RS-Mercosul, e dela constam comentários sobre a construção da ponte São Borja—Santo Tomé, do Corredor Bioceânico, que ligará o porto de Rio Grande aos portos chilenos no Pacífico, e o traçado da rota do Mercosul, que ligará São Paulo a Buenos Aires. Também se apresenta a construção do gasoduto Brasil—Argentina—Bolívia, bem como são feitos comentários sobre alguns acordos de cooperação assinados entre o Governo Estadual e os parceiros do Mercosul.

* Economista, técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

A autora agradece aos colegas Beky Moron de Macadar, Maria Elena K. de Almeida, Ísio Eizerik e Sônia U. Terushkin os comentários à versão preliminar do texto e à estagiária Suzana Coccaro pela elaboração das tabelas.

Na terceira parte, são apresentadas algumas das tentativas feitas pelo Estado no sentido de captar recursos externos, especialmente sob a forma de investimentos diretos, como é o caso da atração de uma montadora de automóveis para o RS.

São enfocados, ainda, os projetos de criação de uma tecnópole em Porto Alegre e da Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, bem como a busca de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Projeto Pró-Guaíba e junto ao Banco Mundial (BIRD) para a promoção da reforma do Estado.

As exportações gaúchas

Em 1995, as exportações do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 5,181 bilhões, registrando um acréscimo de 3,07% em relação aos US\$ 5,027 bilhões exportados em 1994. Já as exportações brasileiras se elevaram em 6,77% no mesmo período, tendo alcançado US\$ 46,506 bilhões em 1995 contra US\$ 43,558 bilhões em 1994.

Com uma taxa de crescimento correspondendo a menos da metade da taxa brasileira, as exportações gaúchas naturalmente tiveram uma perda de participação no total exportado pelo País, caindo de 11,54% em 1994 para 11,14% em 1995, conforme pode ser visto na Tabela 1. Apesar disso, o Estado manteve sua posição de terceiro exportador do País, precedido apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Na classificação por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), o Capítulo 64, referente a calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes, respondeu por 24,03% do total exportado pelo Estado, indicando, com isso, a importância do setor calçadista na pauta de exportações do RS (Tabela 2). O fumo e seus sucedâneos manufaturado (Capítulo 24) aparece em segundo lugar, representando 13,07% das exportações do Estado. Apenas esses dois capítulos da NBM corresponderam a 37,10% das exportações gaúchas em 1995. Considerando-se as exportações dos cinco principais capítulos da NBM — que abrangem, além dos dois capítulos acima referidos, os resíduos das indústrias alimentares (Capítulo 23), as gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais (Capítulo 15) e as caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (Capítulo 84) —, esse percentual de

participação sobre o total exportado pelo RS atingiu 58,55%. À exceção do Capítulo 84, refletindo o perfil industrial do Estado, todos os demais estão ligados à agroindústria.

Desagregando-se os capítulos ao nível de produtos, os que mais se destacaram nas exportações do RS em 1995 foram: sapatos de couro; fumo Virginia; farelo de soja; óleo de soja; sandálias e chinelos; outros calçados de couro; soja; pasta química de madeira; polietileno; carne de frango; e cigarros, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Dentre esses produtos, a maior elevação ocorreu com a pasta química de madeira, que registrou um crescimento de aproximadamente 75% nas suas receitas de exportação. Já a maior queda (-33,51%) foi registrada pela soja em grão, embora os calçados (à exceção das sandálias e chinelos) também tenham demonstrado uma redução acentuada em suas vendas ao Exterior no ano de 1995.

No caso da celulose (pasta química de madeira), o aumento significativo nas suas receitas deveu-se à elevação de seus preços no mercado internacional, o que permitiu compensar a elevação interna dos custos acompanhada de uma valorização cambial. Para 1996, é esperado um equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto no segundo semestre do ano, o que deverá levar a uma estabilização nos preços externos (MARCHAND, 1996).

Os calçados são o item mais importante nas vendas gaúchas para os Estados Unidos, e a indústria calçadista do RS vem perdendo espaço no mercado norte-americano, seja pela maior concorrência dos calçados chineses, seja por problemas derivados da política econômica brasileira, como a elevação dos custos de produção aliada à defasagem cambial. Como decorrência, também caíram as exportações do Estado para aquele país, reduzindo-se o percentual de participação do mercado norte-americano nas exportações gaúchas. Em 1994, essa participação foi de 28,04% e, em 1995, caiu para 25,52%, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Países como a Argentina e a Itália, tradicionais parceiros comerciais do RS, também restringiram suas compras do Estado, perdendo, com isso, participação sobre o total exportado pelo RS. Entretanto, afora a Argentina, os demais países da América Latina registraram acréscimos de representatividade na pauta de exportação gaúcha, em decorrência do aumento de suas compras, o mesmo ocorrendo com vários países europeus, como foi o caso, por exemplo, da Espanha, do Reino Unido e da Alemanha. Seguindo a tendência registrada em nível nacional, também no Estado do RS vem sendo observado um incremento nas vendas para os países asiáticos, como ocorreu com a China, o Japão, a Indonésia e Hong Kong (Tabela 3).

Em relação ao Mercosul, as exportações gaúchas apresentaram um comportamento diferenciado para os países que integram esse bloco. Enquanto as vendas caíram 14,57% para a Argentina, comparando-se 1995 com 1994, para o Uruguai e o Paraguai registraram-se taxas de crescimento das exportações de 20,22% e 28,80% respectivamente. Dada a relativa representatividade da Argentina no total comercializado pelo Estado com o Mercosul (51,29% das vendas gaúchas a esse bloco estavam dirigidas para a Argentina), a variação anual das exportações do RS para o Mercosul em 1995 foi de apenas 0,78% (Tabela 4), enquanto as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram 3,9% no mesmo período. Tais percentuais também se refletem na queda de participação desse bloco, tanto em nível nacional quanto estadual. Para o Brasil, as vendas ao Mercosul representaram 13,2% do total exportado em 1995 contra 13,6% em 1994 (TACHINARDI, 1996). Já para o Rio Grande do Sul, essa perda foi bem mais acentuada, pois, se em 1994 o Mercosul absorvia 14,01% das exportações gaúchas, em 1995 essa participação caiu para 13,71%, conforme pode ser verificado a partir da Tabela 3.

Um dos temas bastante debatidos no Estado durante o ano de 1995 foi a alegada perda de competitividade de suas exportações, decorrente da política de comércio exterior adotada pelo País. Além do câmbio valorizado, os altos juros internos muito contribuíram para o aumento dos custos de produção de alguns setores ligados à exportação, como foi o caso dos calçados. Na área agrícola, muitos exportadores alegaram estar descapitalizando-se em função dessa política, já que os preços dos seus produtos, cotados em mercados internacionais, mostraram-se insuficientes até para cobrir os custos de produção. Em relação ao Mercosul, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS),

"Alguns erros foram cometidos nas negociações da união alfandegária e das listas de exceção. Um exemplo é a aceitação da incidência de uma tarifa de 27% sobre o calçado brasileiro na Argentina, enquanto se garantia o ingresso livre do calçado argentino aqui. Outro exemplo é a complacência brasileira com a restrição imposta pelos argentinos com relação à exportação de *wet blue* para o Brasil. Hoje nossa indústria coureiro-calçadista gaúcha sofre as conseqüências dessa negligência" (FIERGS..., 1995, p.4).

A desoneração fiscal também foi apontada pela FIERGS como uma necessidade para que as exportações voltem a ser competitivas.

Outro aspecto importante em relação à perda de competitividade das exportações gaúchas foi a deficiência de infra-estrutura no Estado, especialmente na área de transportes — seja em relação às rodovias, seja em relação ao sistema portuário do Estado —, quando se compara o RS com outras unidades da Federação, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina.¹ Além disso, outras áreas também apresentam deficiências, como é o caso das telecomunicações, da energia e do saneamento básico. De acordo com cálculos do Governo Estadual, os investimentos necessários para suprir todo esse déficit infra-estrutural deveriam situar-se em torno de R\$ 1 bilhão por ano; e, só para garantir a auto-suficiência em energia elétrica, seriam exigidos investimentos totais de US\$ 2 bilhões (BUENO, 1995).

Uma das reivindicações dos exportadores gaúchos é a integração de todos os meios de transporte, através de uma rede multimodal que permita uma atuação sincronizada entre rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, funcionando 24 horas por dia. Para isso, entretanto, são necessários vultosos investimentos, de cujos recursos o Estado não dispõe. Segundo a Frente de Modernização Portuária (FMP-RS), só o porto de Rio Grande, por onde são escoados 80% das exportações gaúchas, exigiria US\$ 200 milhões em investimentos de curto prazo que seriam alocados "(...) na recuperação dos molhes da Barra, ampliação do terminal de *containers*, recuperação das instalações, aumento do calado do *pier*, além de reforço estrutural e adaptação do Terminal de Trigo e Soja" (PORTO..., 1995, p.18). Mas de pouco adiantaria apenas modernizar o porto, se o acesso ao mesmo continuasse deficiente. Assim, a necessária fluidez está a exigir também a melhoria das rodovias, ferrovias e hidrovias do Estado.

Para que haja um aumento na competitividade das exportações gaúchas, a questão dos transportes é crucial, já que não basta investir apenas nas condições de produção em nível das empresas — através de maior controle de qualidade, menor preço e conquista de credibilidade —, se a mercadoria não puder ser entregue no prazo estipulado e se apresentar avarias ou sinais de deterioração por demora no tempo de transporte ou deficiências nas suas

¹ A questão da infra-estrutura é fundamental não apenas no que se refere à exportação de mercadorias, mas também em relação à atração de novos investimentos para o Estado, especialmente capital vindo do Exterior, conforme poderá ser visto mais adiante, no item referente à captação de recursos externos pelo Estado.

condições. O mesmo ocorre com as importações, pois também não resolve comprar o melhor produto pelo menor preço, se esse produto não puder ser entregue em boas condições ou ser recebido no tempo hábil. A garantia de entrega de uma mercadoria a tempo e em perfeitas condições é cada vez mais importante nos dias de hoje, podendo até tornar-se um fator decisivo na hora de fechar-se um contrato.² Com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras, foi lançado, em novembro de 1995, pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) o Programa Novos Pólos de Exportação. Foram selecionados 25 produtos que receberão apoio federal e estadual para incentivar suas exportações. Os recursos para financiar o Programa sairão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), os quais constituirão linhas específicas, destinadas aos Novos Pólos de Exportação. A identificação dos produtos e dos municípios com potencial de exportação dos mesmos ficou a cargo dos estados, que também deverão detectar pontos de estrangulamento que dificultem as exportações desses produtos e prover o apoio tecnológico necessário às empresas e aos municípios envolvidos.

Dos 25 produtos identificados para todo o Brasil, o RS vai participar com 17, abrangendo um total de 23 cidades gaúchas, assim distribuídos:

“Pólos de Exportação do RS

“Artefatos de couro - Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Estância Velha;

“Autopeças - Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul;

“Calçados - Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Estância Velha;

“Frango - Erechim, Garibaldi;

“Suínos - Erechim;

“Chocolate - Gramado;

“Cigarros e Charutos - Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul;

² A introdução do sistema Just-in-Time (JIT), onde os estoques se reduzem a um mínimo, tem levado um número cada vez maior de empresas a buscar nos seus fornecedores a garantia da entrega das mercadorias dentro do tempo estipulado (e esse tempo tende a reduzir-se cada vez mais) e em perfeitas condições de uso. Dentro desse contexto, o transporte não só já vem fazendo parte dos negócios, como passou a ser um item-chave dos mesmos.

- “Confecções - Caxias do Sul, Canela, Gramado e Porto Alegre;
- “Conservas - Pelotas, Erechim;
- “Ferramentas e cutelaria - Caxias do Sul, Garibaldi, São Leopoldo;
- “Flores, plantas e peixes ornamentais - Montenegro e Pareci Novo;
- “Frutas, sucos e vinhos - Bento Gonçalves, Vacaria, Pelotas e Caxias do Sul;
- “Gemas e metais preciosos - Lajeado;
- “Máquinas e equipamentos - Caxias do Sul, Porto Alegre e Passo Fundo;
- “Mármore e Granitos - Nova Prata;
- “Pescado - Rio Grande;
- “*Software* - Porto Alegre” (DOROTHEA..., 1995, p. D-4).

No caso específico do RS, caso esse programa seja efetivamente levado adiante, haverá um estímulo bastante substancial às exportações do Estado, já que o leque de abrangência da lista de produtos é bastante diversificado, tanto em relação ao número desses produtos como ao de municípios abrangidos. Concentrado em áreas específicas do setor exportador, o Programa deverá incentivar a busca de competitividade desses segmentos junto aos mercados externos, não só através de linhas de financiamento específicas como também de auxílio tecnológico e de *design* aos produtos, ao mesmo tempo em que incentivará a criação da "marca Brasil", através do fortalecimento da imagem dos produtos brasileiros no Exterior. É um caminho alternativo — e melhor — de promover a competitividade desses produtos, já que deverá implicar a melhoria de qualidade dessas mercadorias. Ou seja, é uma tentativa de buscar a competitividade "genuína", ao contrário das simples desvalorizações cambiais, que apenas promovem a competitividade "espúria". É importante ressaltar, porém, que o Programa Novos Pólos de Exportação ainda está no campo das boas intenções, já que nenhum apoio efetivo, até o momento, foi dado ao Programa pelo Governo Federal.

O Rio Grande do Sul e o Mercosul

Assunto de destaque nas relações RS-Mercosul durante o ano de 1995 foi a construção da ponte São Borja—Santo Tomé, sobre o rio Uruguai, já que a mesma deverá fazer parte do Corredor Bioceânico ligando o porto de Rio Grande

à costa marítima do Chile, no oceano Pacífico, através de rodoferrovias. Desde 1989, o Governo Estadual vem mostrando interesse na construção dessa ponte. Finalmente, depois de muita negociação, em dezembro de 1995 foi assinado o contrato para a construção da ponte São Borja—Santo Tomé.

Essa obra será um empreendimento em parceria com a iniciativa privada, além de seu caráter binacional, já que contará também com a participação dos governos brasileiro e argentino.³ Vital para a ligação do Estado ao oceano Pacífico, essa obra também deverá constituir-se em uma das quatro rotas do Mercosul. As outras três seriam a do Chuí e a de Jaguarão, ligando o RS ao Uruguai, e a de Uruguaiana, por onde se alcançam a Argentina e o Chile.

O término da construção da ponte São Borja—Santo Tomé está previsto para daqui a dois anos, e o Corredor Bioceânico, que começa agora a materializar-se, ligará o porto de Rio Grande aos portos de Antofagasta, Iquique e Mejillones, todos localizados no norte do Chile, conforme pode ser melhor observado no Mapa 1. Além de permitir redução nos custos de transporte entre o Brasil e o Japão, a Coréia, a China, Formosa e demais países asiáticos, o Corredor Bioceânico também beneficiará o intercâmbio comercial com a Costa Oeste dos Estados Unidos e a Austrália. Na direção oposta, ou seja, pelo lado do oceano Atlântico, o porto de Rio Grande facilitará as importações e as exportações entre o norte do Chile e a Argentina com seus parceiros da Europa, África, Oriente Médio e leste dos Estados Unidos. Alguns trechos do Corredor ainda necessitam de pavimentação, mas os Governos argentino e chileno vêm garantindo que dentro de dois anos todos os trechos do Corredor Bioceânico deverão estar com sua pavimentação já concluída.

Além da construção da ponte São Borja—Santo Tomé, também está previsto para esse local um sistema único de controle de fronteira, com um

³ Orçada em US\$ 35 milhões — divididos entre Brasil e Argentina (US\$ 16 milhões) e a iniciativa privada (US\$ 19 milhões) —, a ponte terá 1.400m de extensão, 50m de altura e duas pistas. Depois de concluída, caberá aos parceiros da iniciativa privada o direito de cobrar um pedágio (estimado atualmente em US\$ 9,85 por veículo) durante 25 anos. Desde a implantação do Mercosul, em 1991, o comércio bilateral Brasil-Argentina tem apresentado forte crescimento, o que vem ocasionando problemas de congestionamento na ponte Uruguaiana—Paso de Los Libres (localizada 180km abaixo da fronteira São Borja—Santo Tomé), os quais poderiam ser minimizados se houvesse outra via de ligação entre o RS e o país vizinho — além de abrir caminho entre o RS e o Chile —, consolidando ainda mais o processo de integração do Mercosul.

único terminal de carga para o processamento do trânsito, de questões aduaneiras, fitossanitárias e de imigração, visando diminuir o tempo de espera de liberação pelos caminhões, bem como o uso mais eficiente da infra-estrutura do projeto, reduzindo custos da obra (TACHINARDI, 1995).

Outro ponto de importância nas relações RS-Mercosul em 1995 está ligado à rota do Mercosul, ou seja, a rodovia ligando o centro do País ao Uruguai e à Argentina, cujo traçado ainda não está definido pelo Governo brasileiro. Isto porque várias alternativas têm sido apresentadas. Argentinos e uruguaios praticamente já se definiram pela construção da ponte sobre o rio da Prata, ligando Colonia del Sacramento (Uruguai) a Buenos Aires. Essa ponte, apesar da sua grande extensão, foi considerada viável tanto pelos dois governos como pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico e em breve deverão ser publicados os editais de pré-qualificação para a licitação das empresas interessadas em explorar a ponte. Entretanto o traçado ligando Colonia ao Brasil ainda está em discussão. Isto porque os interesses uruguaios também deverão ser levados em conta, além de o lado brasileiro descartar aquelas opções que exijam a construção de trechos totalmente novos, ou seja, o Governo brasileiro pretende aproveitar rodovias já existentes para reduzir custos. Diante dessa decisão, um estudo feito pela Universidade de Passo Fundo, cuja proposta era a interiorização do eixo rodoviário São Paulo—Buenos Aires, parece descartado. Quatro alternativas têm sido cogitadas para ligar o RS a Colonia: Rio Branco—Jaguarão; Aceguá—Bagé; Rivera—Livramento; e Chuy—Chuí.

Em termos de abrangência, para o RS talvez a proposta de interiorização fosse a mais interessante, já que cruzaria o Estado pelo Interior, conforme pode ser visualizado no Mapa 2 (PROPOSTA..., 1993).

Embora ainda não haja uma decisão definitiva sobre a rota do Mercosul no momento, o traçado mais provável, entretanto, é o que está apresentado no Mapa 3. Partindo de São Paulo, segue pela BR-116 até Curitiba, de lá até Osório, passando por Florianópolis via BR-101, de Osório a Porto Alegre pela Freeway (BR-290) e de Porto Alegre até Jaguarão, passando por Pelotas via BR-116. No território uruaio, a estrada seguiria de Rio Branco a Montevidéo, de lá até Colonia e de Colonia, via ponte, até Buenos Aires (GOVERNO..., 1995, p.36).

Outro tema de destaque das relações RS-Mercosul diz respeito à construção de um gasoduto como parte da matriz energética do Estado. Além da

Argentina, também a Bolívia⁴ vem sendo cogitada como possível fornecedora de gás para o RS, tendo em vista que o preço do gás estipulado pelos bolivianos, até o presente, é menor do que o do gás argentino. Entretanto, face à descoberta recente de reservas de gás natural no norte da Argentina, estimadas num volume três vezes maior do que as da Bolívia, a construção do gasoduto desde a fronteira Uruguaiana—Paso de Los Libres até Porto Alegre poderia viabilizar-se economicamente, já que os preços poderiam ser mais competitivos do que aqueles atualmente cobrados pela Bolívia. Assim, voltou a ser cogitada a construção de um gasoduto ligando a Argentina ao RS, embora o gás boliviano não tenha sido descartado, dado o interesse do Governo Estadual em formar um anel com gás da Bolívia e da Argentina.

Pelo lado argentino, já está em tratativas com o Brasil a construção de uma usina termelétrica na fronteira oeste do Estado. Essa usina deverá desempenhar importante papel no fornecimento de energia ao Estado nos meses de setembro a maio, quando aumenta a demanda para a irrigação do arroz e, posteriormente, para a secagem dos grãos. E é justamente nessa época do ano que sobra gás das jazidas atualmente exploradas na Argentina, pois se reduz o consumo de energia nesse país.

Em relação à utilização do gás boliviano pelo Estado, a mesma está na dependência da construção de um gasoduto que entraria no Brasil em Mato Grosso, estendendo-se para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A idéia do Governo gaúcho é interligar os dois sistemas (boliviano e argentino) visando garantir o fornecimento de energia, pois, se algum dos dois países fornecedores do gás tiver problemas para atender à demanda desse produto pelo Estado, este poderá ser abastecido pelo outro país fornecedor.

Entretanto, mesmo que os problemas técnicos em relação ao gás da Argentina e da Bolívia sejam contornados, ainda permanece a dificuldade referente ao financiamento desse investimento, já que até o presente ainda não foi definida a origem desses recursos.

No âmbito do Mercosul, um dos pontos de interesse para o RS tem sido o da criação de áreas de cooperação, especialmente no que tange ao desen-

⁴ Embora ainda não seja membro do Mercosul, esse país é forte candidato a entrar em um esquema de associação com esse bloco.

volvimento conjunto e equilibrado das regiões de fronteira. Desde o acordo Brasil-Argentina, anterior ao Mercosul, essa preocupação já se fazia presente,⁵ haja vista a assinatura do Protocolo número 23 entre esses dois países, que tratava da integração regional fronteiriça entre o Brasil e a Argentina e visava ao desenvolvimento conjunto e equilibrado da região. A mesma intenção também está presente no Mercosul, e o Rio Grande do Sul é região estratégica em relação a esse tema, tendo em vista a extensa zona de fronteira entre o Estado, a Argentina e o Uruguai. Na fronteira com a Argentina, destacam-se Uruguaiana—Paso de Los Libres; São Borja—Santo Tomé; e Itaqui—La Cruz. Com o Uruguai, o Estado apresenta três cidades fronteiriças: Chuí—Chuy; Jaguarão—Rio Branco; e Livramento—Rivera.

Para o desenvolvimento conjunto dessas áreas de fronteira, vários aspectos têm sido destacados pelos países-membros do Mercosul, como é o caso da promoção de um uso mais racional e eficiente dos serviços públicos, permitindo que estes possam atender aos dois lados da zona fronteiriça, podendo a cooperação estender-se a escolas, hospitais, fornecimento de água, energia, telecomunicações, armazenamento, construção de portos, aeroportos, etc. Além disso, um incremento de parcerias no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, econômica e financeira (como, por exemplo, pesquisa e melhoramento de sementes, de animais para corte e para leite, de forragens, etc.) poderia ser obtido através de acordos de cooperação entre zonas de fronteira.

Embora importante, esse aspecto da integração fronteiriça ainda se encontra em estágio incipiente, já que a própria falência do Estado em seu aspecto de promotor do desenvolvimento econômico dificulta a consecução dos objetivos de maior integração das fronteiras. Afora esse aspecto, que, sem dúvida, é o maior determinante das dificuldades enfrentadas nessa área, as próprias diferenças regionais também se colocam como obstáculo a esse tipo particular de integração. No caso do RS, uma maior integração com a província

⁵ Na Ata para Integração Brasileiro-Argentina, assinada em julho de 1986 entre os dois países, foi estabelecido o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, tendo sido assinados, desde então, 24 protocolos. Uma descrição de cada um desses protocolos encontra-se em Macadar, Bello (1990, p.697-707).

argentina de Corrientes, que faz fronteira com o Estado, também é dificultada não só pelos diferentes níveis de desenvolvimento entre as duas regiões, como também pelos papéis diferenciados que ambos exercem nas economias de seus respectivos países.⁶

Mesmo diante das diferenças a serem superadas, alguns passos à frente foram dados na relação RS—Corrientes durante o ano de 1995, com a assinatura de sete acordos de cooperação pelos governos dessas duas regiões em outubro de 1995, com vistas a melhoramentos nas áreas de vigilância sanitária e epidemiológica, controle e combate de zoonoses, treinamento e capacitação empresarial no cultivo do arroz irrigado, além de programas de aperfeiçoamento de empresários e trabalhadores do setor rural. Também foi criada uma comissão ligada ao projeto hidrelétrico binacional Garabi (no rio Uruguai) entre Santo Tomé e Itaqui, do qual participarão capitais estatais e privados (APROXIMAÇÃO..., 1995, p.8).

Com vistas a atender à população da fronteira com a Argentina, o Governo Federal, ainda em 1995, resolveu reativar o Programa Sulfronteiras, criado em 1991, "(...) com o objetivo de realizar um amplo levantamento sócio-econômico, ambiental, de infra-estrutura, nas áreas fronteiriças brasileiras, para implementação de um programa de desenvolvimento regional" (ALVES, 1995). Dentro desse programa, foram feitas propostas para a introdução de linhas aéreas ligando estados brasileiros a províncias dos demais países do Mercosul, criação de laboratório de bromatologia e de uma universidade "virtual" do Mercosul. Entretanto ainda é cedo para afirmar-se que efetivamente essas intenções serão concretizadas, dadas as dificuldades encontradas na obtenção de recursos pelos governos. Até o presente, a idéia é buscar esse financiamento junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

É importante ressaltar que não só a região de fronteira deverá receber tratamento diferenciado como fruto do processo de integração do Mercosul. A

⁶ Enquanto Corrientes representa algo em torno de 2% do Produto Interno Bruto argentino e tem uma renda *per capita* abaixo da média argentina, o RS participa com aproximadamente 8% do PIB brasileiro e possui uma renda *per capita* maior do que a nacional. Além desses fatores, a província de Corrientes apresenta um certo grau de isolamento frente ao contexto econômico da Argentina, ao passo que o RS apresenta um quadro sócio-econômico harmônico com a dinâmica brasileira.

própria região meridional do Estado, conhecida como Metade Sul — que abrange a região ao sul de uma linha imaginária entre Guaíba e São Borja —, tem sido motivo de preocupação das autoridades estaduais e federais, no sentido de enfrentar a concorrência dos países do Mercosul através da criação de mecanismos de adequação, visando promover o desenvolvimento dessa região (Mapa 4). Para tanto, foi criado o Grupo Executivo da Promoção do Desenvolvimento da Metade Sul do Estado, que deverá atuar tanto na busca de investimentos estrangeiros para a região como na promoção do desenvolvimento da mesma, através da identificação das oportunidades de cada município, de estudos ligados à reconversão das atividades econômicas, da recuperação de atividades básicas na região (como é o caso da pecuária, de orizicultura e da fabricação de conservas), além de outras áreas também importantes, como fruticultura, reflorestamento, celulose e indústria plástica, passando pela criação de um pólo carboquímico na região da usina termelétrica de Candiota (METADE..., 1995, p.10).

Outro acordo de cooperação, firmado pelo Governo do RS em 1995 (10.8.95) com a Argentina, dentro do processo integracionista do Mercosul está ligado ao intercâmbio de pequenas e médias empresas (PME) do Estado com suas congêneres argentinas. Na mesma data, outros oito acordos de cooperação nas áreas de educação e ciência e tecnologia também foram assinados pelo Governo gaúcho. Quanto às PME do RS, devido à sua localização geográfica, existem aspectos positivos e negativos em relação ao Mercosul. Se a proximidade geográfica facilita o acesso aos mercados da Argentina e do Uruguai, o perfil similar entre a economia gaúcha e a desses países vizinhos, principalmente na produção agrícola e na agroindustrial, pode trazer desvantagens, especialmente naqueles setores em que nossos parceiros apresentem uma vantagem comparativa substancial. Nesses casos, a formação de alianças estratégicas entre as empresas gaúchas e seus concorrentes do Mercosul pode ser uma das alternativas, não só para alcançar maior penetração no mercado brasileiro como, e principalmente, para enfrentar terceiros mercados.

Como parte do programa de cooperação RS-Mercosul, no mês de setembro de 1995 o Governo Estadual também assinou um protocolo de intenções para a criação de uma empresa binacional a ser instalada no Pólo de Triunfo e com investimentos previstos de US\$ 80 milhões. A mesma terá a participação

de empresas petroquímicas do Estado e da Argentina e deverá produzir estireno (matéria básica para a produção de poliestireno, do qual são feitos produtos como copos descartáveis, isolantes térmicos, espumas e embalagens) e elastômeros (pneus e artefatos de borracha sintética). Embora o mercado-alvo seja o Brasil e a Argentina, parte de sua produção também será destinada à exportação para os outros países do Mercosul.

Ainda na área de acordos de cooperação firmados entre o RS e os países do Mercosul, cabe destacar a criação, em novembro de 1995, da Rede de Cidades do Mercosul (Mercocidades), a partir de uma iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre. Dessa rede, deverão fazer parte as capitais e as cidades com mais de 500 mil habitantes. Além dos aspectos estritamente econômicos — como é o caso do comércio exterior, da criação de bancos de projetos e de tecnologias, de abertura de escritórios de exportação nessas cidades e de bolsas internacionais de negócios —, aspectos de cunho social, turístico e cultural também farão parte da Rede de Mercocidades.⁷

A importância desse projeto reside no aproveitamento de experiências desenvolvidas nessas cidades em diversas áreas, de modo a permitir a ampliação da área de abrangência dessas experiências através do intercâmbio de informações. Além disso, ao mesmo tempo em que as transformações que vêm ocorrendo na economia em nível mundial induzem a um processo de mundialização do capital, a abertura de fronteiras entre os países leva as regiões e os municípios a buscarem um fortalecimento econômico que lhes permita a inserção dentro desse novo contexto e, assim, impeça que os mesmos fiquem marginalizados, prejudicando as populações locais.

⁷ "As propostas sobre os temas cultura e turismo incluem o intercâmbio da legislação vigente, incentivos culturais e flexibilização das alfândegas para possibilitar o surgimento de redes de comunicação. Foi decidida a criação de uma rede de escritórios de planejamento urbano e ambiental com um banco de dados e a formação de um grupo técnico para harmonizar legislações municipais. Com as universidades, será promovida uma forte cooperação, inclusive na área de ciência e tecnologia. A criação de incubadoras tecnológicas e parques industriais e tecnológicos e uma empresa voltada para investimento e participação em micros, pequenas e médias empresas são outras das propostas que agora começam sua trajetória na Rede de Mercocidades." (CRIADA..., 1995, p.57).

Os esforços do Estado para captar recursos externos

Outro ponto de destaque quanto ao desempenho da economia gaúcha durante o ano de 1995 foi o esforço de captação de recursos externos, especialmente sob a forma de investimentos diretos, como foi o caso, por exemplo, da tentativa do Governo Estadual de trazer uma montadora de automóveis para o Rio Grande do Sul. Infelizmente, em resultados concretos, muito pouco desses recursos foram obtidos pelo Estado naquele ano.

Embora a entrada de capitais estrangeiros no País tenha sido bastante grande em 1995, os mesmos caracterizaram-se principalmente por ativos financeiros que, em sua maioria, pouco ou nada têm a ver com investimentos produtivos. Enquanto os primeiros são atraídos pelas perspectivas de ganhos financeiros de curto prazo e, por isso, são bastante voláteis, os investimentos produtivos tendem a permanecer no país por períodos muito maiores. O desafio de captar esses investimentos produtivos, entretanto, não é apenas do Rio Grande do Sul, ou mesmo do Brasil, já que esse é um problema enfrentado por toda a América Latina, que tem resolvido seus problemas de déficit nas contas correntes externas com fluxos de capitais financeiros de curto prazo.

Utilizando como um dos argumentos a posição geográfica do RS no Mercosul, o Governo Estadual vem tentando atrair investimentos diretos para a região, tendo em vista o efeito multiplicador que estes podem exercer em relação ao crescimento econômico do Estado. Além do automobilístico, outros setores também vêm sendo objeto de atenção do Governo do Estado no sentido de incrementar os investimentos diretos no RS. Tal é o caso da petroquímica, outros bens duráveis de consumo e bens de capital.

A possibilidade de instalação de montadoras de automóveis no Estado, porém, tem sido o ponto-chave, porque, ao envolver milhões de dólares e a criação de empregos — não só diretos, mas principalmente indiretos, através dos fornecedores de autopeças — faz com que vários estados se lancem à disputa por esses investimentos. Algumas empresas automobilísticas vêm demonstrando interesse em investir na América Latina, e o Brasil aparece como forte candidato a sediá-las, levando a uma "guerra" entre os estados brasileiros para que as mesmas se instalem em seus territórios. No caso do RS, dentre os argumentos utilizados pelo Governo do Estado visando atrair pelo menos uma das montadoras para o território gaúcho, três deles merecem

destaque: o setor de autopeças aqui implantado, considerado o segundo do Brasil; a posição geográfica estratégica do Estado, localizado no centro do Mercosul; e os incentivos do Fundo de Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa (Fundopem), que podem chegar a 75% de isenção do ICMS (MATZEMBACHER, 1995).

Afora a Volkswagen, que escolheu o Rio de Janeiro para implantar sua nova fábrica de ônibus e caminhões, as demais interessadas ainda não divulgaram onde pretendem se instalar, induzindo, com isso, a uma espécie de leilão entre os estados, onde cada um procura oferecer mais vantagens que o outro. Segundo a direção da Volkswagen do Brasil, embora a proposta do RS fosse interessante, faltavam ao Estado estradas e logística (BERLATO, 1995).⁸

Empresas como a General Motors, Renault, Peugeot, Toyota, Hyundai, Mercedes Benz, Asia Motors, Honda, dentre outras, também se mostraram interessadas em colocar fábricas no Brasil. Entretanto, até o presente, o RS não aparece como favorito para receber qualquer uma delas. A Renault e a Mercedes Benz, por exemplo, fizeram uma série de exigências para trazerem suas fábricas para cá. A Renault, entre outras solicitações, colocou como condição para instalar-se em Caxias do Sul a duplicação da RS-122 no trecho Farroupilha—São Sebastião do Caí, além de isenção total de impostos estaduais durante dois anos e de um local para destinação dos resíduos com toda a segurança tecnológica. Já a Mercedes Benz, também dentre outras exigências, condicionava sua vinda à garantia do Governo Estadual no sentido de proporcionar infra-estrutura, energia elétrica, telefonia, transportes e saneamento básico. Apesar do esforço do Governo do Estado para atrair essas empresas, tudo indica que, enquanto as deficiências nessas áreas críticas não forem sanadas, as chances do Estado parecem bastante reduzidas.

Com os mercados globalizados, as distâncias ou proximidades geográficas tendem a perder importância, desde que se conte com meios de transporte eficientes e baratos. Atualmente, estar longe do centro consumidor não signi-

⁸ Dentre outras vantagens oferecidas pelo Rio de Janeiro, podem ser citadas: "(...) terreno de um milhão de metros quadrados, sendo 70 mil construídos, isenção de impostos municipais por 15 anos, adiamento do recolhimento de 75% do ICMS por cinco anos, o porto do Rio de Janeiro e o porto de Sepetiba, além de disponibilidade de infra-estrutura de energia e telecomunicações" (BERLATO, 1995, P.8).

fica que uma região seja descartada como zona produtora de algum bem, até mesmo para produtos de preço unitário baixo e peso elevado, embora, nesse caso, a dificuldade seja maior. Ou seja, a localização do Estado no extremo sul do País talvez não fosse problema se o transporte fosse barato. Entretanto, pelo fato de ferrovias e hidrovias serem pouco utilizadas e a grande maioria do transporte no Brasil ser feita por rodovias, a distância dos centros consumidores pode se transformar em um desestímulo aos investimentos na região.

O argumento da localização estratégica do Estado no Mercosul também parece enfraquecido, não só pelo pouco entusiasmo demonstrado pelas empresas em relação a esse mercado, como pelo próprio acordo automotivo fechado entre o Brasil e a Argentina. No primeiro caso, existem fortes indícios de que o mercado visado primeiramente pelas empresas é o brasileiro e não o do Mercosul, o que deslocaria a área de implantação para regiões mais centrais do País. Para a Mercedes Benz, em particular, a importância do mercado argentino é bem menor do que a imaginada pelo Governo do Estado, já que as projeções de crescimento para a Argentina são inferiores àquelas feitas para o Brasil (MERCOSUL..., 1995, p.24). No segundo caso, ou seja, em relação ao acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina, as condições para a instalação de montadoras nos dois países praticamente se igualam: índice médio de nacionalização de 50% nos primeiros três anos e de 60% a partir do quarto ano; importação de bens com redução de tarifas alfandegárias, desde que aumentem suas receitas líquidas de exportação. Desse modo, a opção pode se dar pela Argentina e não pelo Rio Grande do Sul, caso o mercado-alvo venha a ser o Mercosul.

A questão da vinda de montadoras para o Estado reveste-se de especial importância quando a mesma é vista como um exemplo bastante ilustrativo dos dilemas criados pela mundialização do capital. Se o capital é móvel e busca sempre a melhor alocação, emigrando para onde possa obter a melhor rentabilidade, a mão-de-obra, via de regra, é fixa. E os negociadores dos governos estaduais, na tentativa de atrair esse capital, entre outros motivos para gerar empregos aos cidadãos locais, oferecem em troca uma série de benefícios, tais como isenção de impostos, cancelamento de taxas, incentivos financeiros, investimentos públicos, etc. A perspectiva de implantação de uma nova fábrica em uma cidade ou estado, tal como agora ocorre, desencadeia um furioso leilão, com incentivos cada vez mais generosos. Diante desse quadro, os dirigentes dessas empresas multinacionais esperam sempre pagar impostos a taxas menores que os residentes locais, sob a ameaça de se instalarem em outro local. Paradoxalmente, essas vantagens concedidas ao investimento ex-

terno tornam ainda mais difícil para as regiões receptoras o financiamento de infra-estrutura, educação pública, etc., minando a habilidade de atrair novos investimentos no futuro, uma vez que infra-estrutura em transportes, energia elétrica, comunicações, saneamento básico, etc., bem como qualidade da força de trabalho, constituem atrativos que, a longo prazo, são mais importantes para os investimentos do que concessões fiscais e subsídios.

Em nível de países, essa "guerra fiscal" é praticamente inevitável, já que cada país buscará atrair o maior número possível de empresas capazes de criar novos empregos e de levar a um crescimento econômico. Porém a disputa entre estados, até certo ponto, poderia ser limitada através de maior controle pelo Governo Federal dos benefícios concedidos por estados e municípios. Da mesma forma que o Governo Federal regulamenta a política comercial de maneira uniforme para todo o País, a política de atração dos investimentos diretos através de abatimentos de impostos, créditos de impostos, empréstimos financeiros, uso de terras públicas, etc. também deveria ser regulamentada em nível federal e uniformizada para todo o território nacional, agrupando o difuso poder de barganha dos estados em um único e maior poder de barganha que é o do Governo Federal. Estados e governos locais ainda competiriam entre si, mas em uma competição interna, ao invés de fazê-lo através de concessões às empresas multinacionais, que acabam sendo as únicas grandes beneficiadas. Essa disputa ocorreria, então, através de investimentos dos governos estaduais na construção de uma infra-estrutura material e na qualificação da mão-de-obra de modo a se tornarem atraentes aos novos investimentos e não através de uma competitividade predatória.

Um exemplo de busca de competitividade através do melhoramento tecnológico é o projeto de criação da Tecnópole de Porto Alegre, cujo termo de cooperação foi assinado em julho de 1995.⁹ Tendo como objetivo o desenvolvimento regional da Cidade e sua inserção no Mercosul, a Tecnópole visa transformar a região de Porto Alegre em um centro produtor e difusor de novas tecnologias, através de um entrosamento entre o setor público, as universidades e o setor privado. Caso esse empreendimento seja levado adiante, naturalmente deverá tornar-se um pólo de atração de novas empresas

⁹ Foram signatários a Prefeitura de Porto Alegre, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RS).

para a região, tendo em vista as vantagens que aí poderão ser encontradas, como, por exemplo, a existência de mão-de-obra altamente qualificada e uma boa articulação entre ciência e tecnologia.¹⁰

Com o objetivo de atrair novos investimentos para o Estado, especialmente para o setor industrial, também foi criada em 1995 a Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (ADR), que deverá atuar sob a forma de uma parceria entre o Governo Estadual e a iniciativa privada, no sentido de captar recursos tanto no mercado interno quanto no externo. A iniciativa de criar a ADR está ligada ao baixo percentual de participação do RS nos investimentos diretos que vêm se dirigindo para o Brasil nos últimos anos, e um dos objetivos da mesma será tentar reverter essa situação.¹¹

Ainda como parte do esforço de captação de recursos externos pelo Estado, cabe destacar a assinatura, em julho de 1995, de um contrato de financiamento entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, relativo ao Projeto Pró-Guaíba, que prevê o saneamento da bacia hidrográfica formada pelos rios Guaíba, Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí, a um custo estimado de US\$ 220,5 milhões para sua primeira etapa. Desse total, o BID deverá financiar US\$ 132,3 milhões, a serem pagos em um prazo de 25 anos, com cinco de carência. Desses US\$ 132,3 milhões, cerca de US\$ 30 milhões serão gerenciados pela Prefeitura de Porto Alegre, cuja área de atuação se estenderá desde a Usina do Gasômetro até a praia do Lami, ao longo do Guaíba, além de promover melhorias no aterro sanitário da Cidade (BUENO, 1995a).

Com o Banco Mundial, o Estado vem negociando a concessão de uma linha de crédito destinada a um programa de reforma do Estado, pela qual deverão aportar ao RS cerca de US\$ 250 milhões, com prazo de pagamento

¹⁰ Afora a criação da Tecnópole, a capital gaúcha também conta com outras condições e incentivos que servirão para dar suporte à mesma, como a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, a Incubadora do Parque Industrial da Restinga, além do Parque Industrial da Restinga e do Porto Seco (ATRAINDO..., 1995, p.18).

¹¹ Com um capital autorizado de R\$ 5 milhões, a ADR, até o momento, além do Governo Estadual, já conta com a participação da FIERGS, da Federação das Associações Comerciais (Federasul) e da Federação de Agricultura do Estado, além de organizações ligadas ao setor serviços, como hospitais e universidades. Através do desenvolvimento de estudos e projetos, atuará como um centro de informações estratégicas capaz de orientar investidores externos para o Rio Grande do Sul (AGENCIA..., 1995, p.22).

em torno de 20 anos e juros de aproximadamente 7,5% ao ano. De modo geral, os empréstimos do BIRD devem ser acompanhados de uma contrapartida por parte dos tomadores, ou seja, para cada US\$ 1 emprestado pelo Banco, a entidade recebedora terá de entrar com outro dólar no mesmo projeto a ser financiado. Todavia esse empréstimo estará isento dessa contrapartida, já que, para o BIRD, "(...) o descontrole das finanças dos Estados é um dos principais obstáculos à estabilização da economia do país" (CANZIAN, 1995, p.1-10), e a previsão das autoridades estaduais é de que a liberação dos recursos ocorra no primeiro semestre de 1996.

A maior vantagem desses empréstimos junto aos organismos internacionais são o prazo longo para amortização e as taxas de juros mais baixas. Porém, mesmo que as condições oferecidas pelo BID e pelo BIRD sejam mais favoráveis do que as do mercado internacional, os recursos que daí virão, além de insignificantes para as necessidades do Estado, serão empréstimos que implicam um aumento dos compromissos do Governo Estadual e que, em algum momento, terão de ser saldados. Isso, no entanto, não invalida os esforços de captação desenvolvidos pelo RS junto a esses organismos, dada a dificuldade de obtenção de recursos encontrada pelo Estado, com vistas a promover o seu desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Embora registrando um aumento, as exportações gaúchas cresceram a uma taxa bem menor do que as vendas externas do País, levando a uma pequena queda no percentual de participação do Estado nas exportações brasileiras. Com uma pauta de exportações bastante concentrada no setor calçadista, a crise que se abateu sobre este último em decorrência da redução nas compras de sapatos pelos Estados Unidos muito contribuiu para o desempenho apenas razoável das exportações gaúchas em 1995. Também em relação ao Mercosul, o desempenho das vendas externas do Estado foi medíocre, tendo em vista a queda acentuada nas suas exportações para a Argentina.

As políticas cambial e monetária adotadas pelo País após a introdução do Plano Real aliadas à incidência de alguns impostos sobre as exportações têm sido apontadas como a principal causa da perda de competitividade dos produtos gaúchos no Exterior. Entretanto, mais do que isso, é na deficiência

de infra-estrutura no Estado e na falta de modernidade da maioria dos segmentos ligados à exportação que pode estar a grande explicação para as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos exportadores gaúchos.

Com vistas a recuperar, pelo menos em parte, a competitividade de suas exportações, o Governo brasileiro, através do MICT, lançou o Programa Novos Pólos de Exportação, onde, dos 25 produtos selecionados, 17 são exportados pelo RS. Contudo, até o presente, o Programa apenas foi lançado, e o apoio efetivo por parte do Governo ainda não foi dado.

No que se refere às relações do RS com o Mercosul, o tema de destaque em 1995 foi a assinatura do contrato para a construção da ponte São Borja—Santo Tomé, a qual vai permitir que se alcancem os portos chilenos no Pacífico através do Corredor Bioceânico. Ainda existem grandes indefinições em relação a importantes iniciativas — tais como a rota do MERCOSUL, que ligará São Paulo a Buenos Aires, e o fornecimento de gás argentino e boliviano ao Estado — que poderão cumprir um papel significativo no desenvolvimento futuro do Rio Grande do Sul.

Uma série de acordos de cooperação foi fechada entre o Governo Estadual e o Mercosul, principalmente no que se refere às áreas de fronteira, às pequenas e às médias empresas e à petroquímica. Entretanto, também nesses casos, os acordos foram apenas assinados, faltando, ainda, pô-los em prática.

Em relação à captação de recursos pelo Estado, o carro-chefe foi a tentativa, até agora frustrada, de trazer-se uma montadora de automóveis para o RS. A falta de infra-estrutura básica, conforme declarações de dirigentes dessas montadoras, tem sido o principal obstáculo à localização das mesmas em território gaúcho. Tanto a Tecnópole de Porto Alegre quanto a ADR foram criadas com o objetivo de melhorar o padrão de competitividade do Estado, mas seus resultados, caso venham a ser alcançados, ainda fazem parte do futuro. Junto ao BID e ao BIRD, está em negociação a busca de empréstimos pelo Governo Estadual àquelas instituições. Vale ressaltar, porém, que esses empréstimos em moeda, mesmo que necessários e tomados a prazo longo e a juros convidativos, implicam um aumento dos compromissos do Estado, que, algum dia, terá de saldá-los.

Como foi visto, o ano de 1995 foi pródigo em assinaturas de acordos e contratos envolvendo tanto o Mercosul quanto as demais relações do Estado com o Exterior. Resta saber se a partir de 1996 os mesmos serão postos em marcha ou se ficarão apenas no papel.

Tabela 1

Exportações mensais do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1994-95

PERÍODOS E Δ% ANUAL	BRASIL (US\$ 1 000 FOB) (A)	RS (US\$ 1 000 FOB) (B)	PARTICIPAÇÃO % (B/A)
1994			
Jan.	2 747 188	356 150	12,96
Fev.	2 778 289	299 859	10,79
Mar.	3 350 392	324 624	9,69
Abr.	3 634 839	428 025	11,78
Mai	3 862 060	522 184	13,52
Jun.	3 727 905	493 024	13,23
Jul.	3 738 057	465 982	12,47
Ago.	4 282 100	514 827	12,02
Set.	4 162 083	469 683	11,28
Out.	3 842 498	399 732	10,40
Nov.	3 706 207	364 529	9,84
Dez.	3 726 698	388 494	10,42
TOTAL	43 558 316	5 027 113	11,54
1995			
Jan.	2 980 190	357 980	12,01
Fev.	2 951 705	356 212	12,07
Mar.	3 798 681	332 280	8,75
Abr.	3 393 925	371 117	10,93
Mai	4 204 779	524 387	12,47
Jun.	4 119 904	535 515	13,00
Jul.	4 004 042	491 670	12,28
Ago.	4 558 094	532 321	11,68
Set.	4 166 886	432 919	10,39
Out.	4 405 190	415 929	9,44
Nov.	4 047 845	444 991	10,99
Dez.	3 875 042	386 333	9,97
TOTAL	46 506 283	5 181 654	11,14
Variação %			
1995/1994	6,77	3,07	-

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 2

Exportações do Rio Grande do Sul por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias — 1995

PRODUTOS	US\$ 1 000 FOB	% SOBRE O TOTAL
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes ..	1 245 213	24,03
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados.....	677 194	13,07
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	480 450	9,27
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	342 318	6,61
84 - Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc. .	288 721	5,57
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pelos) e couros	198 205	3,83
2 - Carnes e miudezas, comestíveis	192 387	3,71
39 - Plásticos e suas obras	181 982	3,51
87 - Veículos, automóveis, tratores, ciclos, etc.	175 639	3,39
12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, etc.	144 444	2,79
47 - Pastas de madeira, etc.: desperdícios e aparas de papel	133 314	2,57
29 - Produtos químicos orgânicos	103 988	2,01
82 - Ferramentas, artefatos, cutelaria e talheres, etc.	99 698	1,92
40 - Borracha e suas obras	86 008	1,66
94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões; etc.	83 486	1,61
85 - Máquinas, aparelhos e material elétrico, etc.	72 585	1,40
73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço	58 357	1,13
93 - Armas e munições; suas partes e acessórios	54 568	1,05
72 - Ferro fundido, ferro e aço	42 595	0,82
44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	40 548	0,78
71 - Pérolas, pedras e metais preciosos; moedas; etc.	39 189	0,76
16 - Preparações: carne, peixe, crustáceos, moluscos, etc.	38 300	0,74
31 - Adubos ou fertilizantes	33 725	0,65
32 - Extratos tanantes, matérias corantes, tintas, etc.	27 804	0,54
68 - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, etc.	25 862	0,50
51 - Lã, pelos finos ou grosseiros, fios de crina	25 205	0,49
9 - Café, chá, mate e especiarias	21 049	0,41
90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, precisão, médicos, etc.	20 800	0,40
Subtotal	4 933 634	95,21
Outros	248 020	4,79
TOTAL	5 181 654	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 3

Exportações, do Rio Grande do Sul, por países — 1994 e 1995

PAÍSES	1994		1995		VARIACÃO %
	US\$ 1 000 FOB	Participação %	US\$ 1 000 FOB	Participação %	
Estados Unidos ..	1 409 614	28,04	1 322 291	25,52	6,19
Argentina	426 191	8,48	364 105	7,03	-14,57
Itália	326 201	6,49	305 234	5,89	-6,43
Espanha	143 598	2,86	238 020	4,59	65,75
Reino Unido	192 906	3,84	236 787	4,57	22,75
Alemanha	219 010	4,36	226 158	4,36	3,26
China	181 655	3,61	217 491	4,20	19,73
Uruguai	145 521	2,89	174 941	3,38	20,22
Paraguai	132 626	2,64	170 818	3,30	28,80
Países Baixos ...	195 378	3,89	160 072	3,09	-18,07
Japão	124 057	2,47	153 962	2,97	24,11
Bélgica	118 688	2,36	125 257	2,42	5,53
Chile	90 960	1,81	117 771	2,27	29,48
Indonésia	41 392	0,82	93 537	1,81	125,98
França	56 613	1,13	84 275	1,63	48,86
Hong Kong	70 736	1,41	73 054	1,41	3,28
Canadá	61 730	1,23	62 202	1,20	0,76
Dinamarca	70 515	1,40	60 895	1,18	-13,64
Bolívia	41 605	0,83	60 882	1,17	46,33
Tailândia	79 180	1,58	45 667	0,88	-42,33
Austrália	36 883	0,73	43 680	0,84	18,43
Árabia Saudita ...	46 570	0,93	42 836	0,83	-8,02
Colômbia	38 022	0,76	42 696	0,82	12,29
Venezuela	32 119	0,64	40 578	0,78	26,34
Subtotal	4 281 770	85,17	4 463 209	86,13	4,24
Outros	745 343	14,83	718 445	13,87	-3,61
TOTAL	5 027 113	100,00	5 181 654	100,00	3,07

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 4

Exportações do Rio Grande do Sul para o Mercosul — 1994-95

PAÍSES	1994		1995		VARIACÃO %
	US\$ 1 000 FOB	Participação %	US\$ 1 000 FOB	Participação %	
Argentina	426 191	60,51	364 105	51,29	-14,57
Uruguai	145 521	20,66	174 941	24,64	20,22
Paraguai	132 626	18,83	170 818	24,06	28,80
TOTAL	704 338	100,00	709 864	100,00	0,78

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 5

Exportação, por mercadorias, do Rio Grande do Sul — 1994-95

PRODUTOS	1995 (US\$ 1 000 FOB)	1994 (US\$ 1 000 FOB)	VARIA- ÇÃO %
Sapatos de couro natural, com sola de borracha.....	597 313	639 917	-6,66
Fumo destalado, curado em estufa, "virgínia"	474 654	434 440	9,26
Farelo de soja, da extração do óleo	471 695	460 960	2,33
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	335 257	292 810	14,50
Sandálias e chinelos de couro natural	268 383	241 342	11,20
Outros calçados de couro natural cobrindo o tornozelo	154 595	203 975	-24,21
Soja, mesmo triturada	141 704	213 125	-33,51
Pasta química de madeira não conífera à soda ou ao sulfato	97 783	55 883	74,98
Polietileno de densidade inferior a 0.94, sem carga, forma primária	81 140	83 237	-2,52
Carne de galos/galinhas, em pedaços, congelada	74 577	67 335	10,76
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos à mão	69 846	57 694	21,06
Fumo destalado, curado em galpão, "burley"	69 293	75 632	-8,38
Aparelhos de ar condicionado, com ventilador, para parede	58 955	45 217	30,38
Sapatos de couro natural, uso feminino	57 081	48 170	18,50
Polietileno de densidade igual ou superior a 0.94, sem carga, forma primária	55 327	50 591	9,36
Outras carabinas/espingardas, de caça/tiro ao alvo	53 721	61 957	-13,29
Couro/pele bovino, inteiro/meio, curtido ao cromo, úmido ...	49 405	21 511	129,67
Carne de galo/galinhas, inteira, congelada	49 106	53 264	-7,81
Couro/pele bovino, curtido ao cromo, flor integral	44 517	55 698	-20,07
Qualquer outra borracha de estireno-butadieno	44 055	22 250	98,00
Outras partes/acessórios para automóveis/ônibus/caminhões	39 351	44 577	-11,72
Colhedeiças combinadas	36 225	41 555	-12,83
Couro/pele bovino, curtido ao cromo, flor lixada acabada ...	34 493	46 721	-26,17
Ônibus com motor, ignição por compressão, capacidade maior que 20 pessoas	33 092	31 645	4,57
Carrocerias/cabinas para ônibus/microônibus	28 523	47 138	-39,49
Fumo não destalado, curado em estufa, "virgínia"	28 402	30 987	-8,34
Móveis de madeira, para quartos de dormir	27 575	21 689	27,14
Desperdícios de fumo (tabaco)	25 821	22 312	15,73
Polipropileno sem carga, em forma primária	25 597	35 308	-27,50
Extratos tanantes, de acácia negra	22 984	25 939	-11,39
Partes, superior/componente, de calçados	22 584	20 199	11,81
Benzeno	22 447	34 004	-33,99
Outros reboques/semi-reboques para transporte	21 250	25 251	-15,84
Subtotal	3 616 751	3 612 333	0,12
Outros	1 564 903	1 414 780	10,61
TOTAL	5 181 654	5 027 113	3,07

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 6

Exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina — 1995

PRODUTOS	VALOR (US\$ 1000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Poliétileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária.....	39 911	10,96
Poliétileno de densidade igual ou superior a 0,94, sem carga, forma primária.....	22 331	6,13
Colhedei ras combinadas.....	16 813	4,62
Buta-1,3-dieno.....	13 002	3,57
Outros reboques/semi-reboques para transporte.....	10 824	2,97
Pasta química de madeira não conífera à soda ou ao sulfato.....	9 103	2,50
Fumo destalado, curado em estufa, "virgínia".....	8 399	2,31
Etilbenzeno.....	6 995	1,92
Benzeno.....	6 175	1,70
Ônibus com motor, ignição para compressão, capa- cidade maior 20 pessoas.....	5 815	1,60
Outras partes/acessórios para automóveis/ônibus/ /caminhão.....	5 398	1,48
Carne de galos/galinhas, inteira, congelada.....	5 327	1,46
Outras carnes de suíno, congeladas.....	5 192	1,43
Armações para cobertura, de ferro fundido/ferro.....	4 576	1,26
Móveis de madeira, para cozinha.....	4 326	1,19
Preparação/conserva, de bonitos-listrados.....	4 069	1,12
Subtotal.....	168 256	46,21
Outros.....	195 849	53,79
TOTAL.....	364 105	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 7

Exportações do Rio Grande do Sul para o Uruguai — 1995

PRODUTOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Mate beneficiado	18 960	10,84
Polietileno de densidade inferior a 0.94, sem carga, forma primária	10 114	5,78
Lã de tosquia, não cardada, não penteada, 46's inferior que finu	9 731	5,56
Outras partes/acessórios para automóveis/ônibus/ /caminhão	6 944	3,97
"Gasóleo" (óleo Diesel)	5 606	3,20
Outras carnes de suíno congeladas	4 120	2,36
Polietileno de densidade igual ou maior a 0.94, sem carga, forma primária	3 877	2,22
"Tops" de lã penteada	3 813	2,18
Colhedeiras combinadas	2 702	1,54
Tratores agrícolas de quatro rodas	2 473	1,41
Máquinas de lavar roupa, capacidade igual ou maior a 10kg, automática	2 281	1,30
Subtotal	70 621	40,37
Outros	104 320	59,63
TOTAL	174 941	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 8

Exportações do Rio Grande do Sul para o Paraguai — 1995

PRODUTOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Adubo/fertilizante minerais/químicos com nitrogênio/fósforo	14 618	8,56
Aparelhos de ar condicionado, com ventilador, para parede	8 836	5,17
Outras carabinas/espingardas, de caça/tiro ao alvo	7 160	4,19
Hidrogeno-fosfato de diamônio, teor igual ou maior que 6 mg/kg	7 004	4,10
Colhedeuras combinadas	6 074	3,56
Ônibus com motor, ignição para compressão, capacidade maior 20 pessoas	5 553	3,25
Tratores agrícolas, de quatro rodas	5 270	3,09
Outros calçados de matéria têxtil com sola de borracha	4 962	2,90
Semeadores, plantadores e transplantadores	3 685	2,16
Carrocerias/cabinas para ônibus/microônibus	3 436	2,01
Poliétileno densidade igual ou maior a 0,94, sem carga, forma primária	3 311	1,94
Poliétileno densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	3 161	1,85
Vinho de mesa, comum em 670ml < recipiente < = 1 000ml	2 651	1,55
Superfosfato, teor igual ou menor que 45% de P2O5	2 468	1,44
Outras barras de ferro/aço, lâmina quente, carbono menor que 0,25	2 299	1,35
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos à mão	2 173	1,27
Subtotal	82 661	48,39
Outros	88 157	51,61
TOTAL	170 818	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

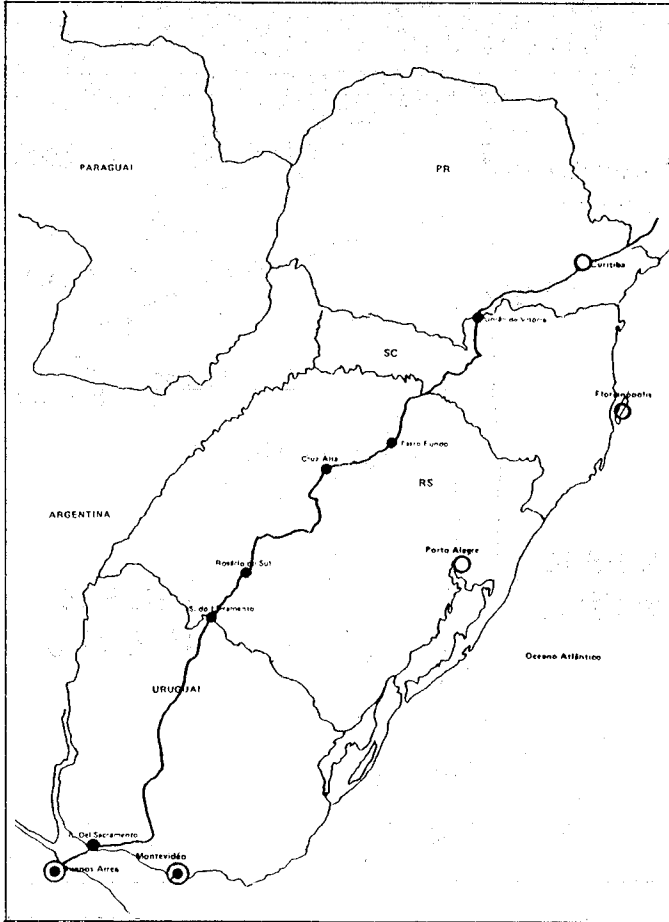
Mapa 1



FONTE: CORREIO DO POVO (10.12.95). Porto Alegre, p.1.

Mapa 2

Proposta de interiorização da rota do Mercosul



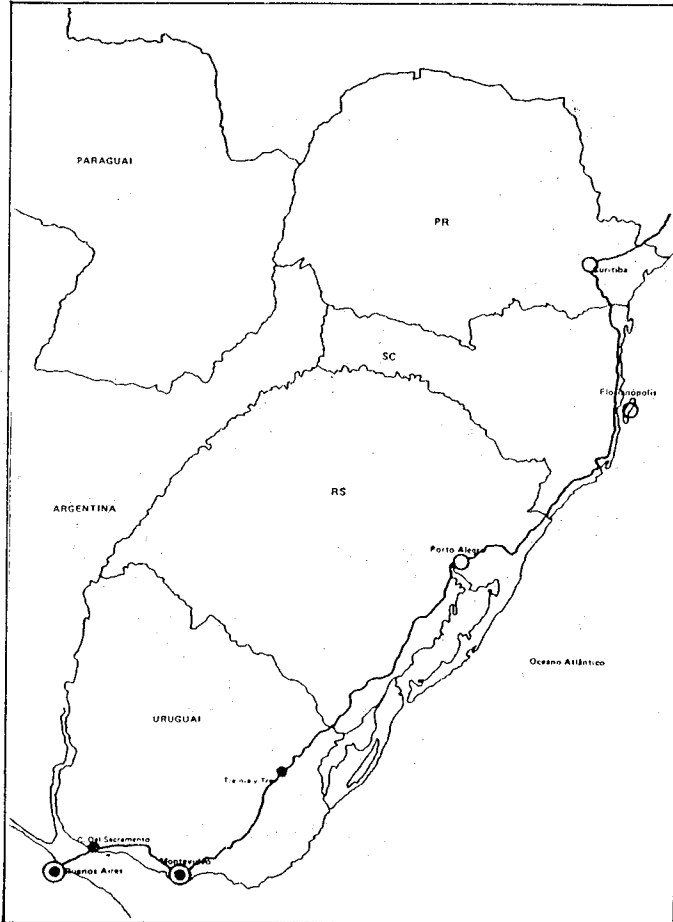
FONTE: DAER/DNER/SEGRAB.

Banco de Dados da Faculdade de Economia e Administração - UPF.

Elaboração: Centro de Cartografia do ICEG e IA - UPF.

Mapa 3

Traçado mais provável da rota do Mercosul



FONTE: DAER/DNER/SEGRAB.

Banco de Dados da Faculdade de Economia e Administração - UPF.
Elaboração: Centro de Cartografia do ICEG e IA - UPF.

Mapa 4

Cidades que compõem a Metade Sul do RS



FONTE: INFORMATIVO VRM (1995). Porto Alegre: Via Radiofônica do Mercosul, v.0, n.0, nov.

Bibliografia

- AGÊNCIA vai buscar recursos para o estado (1995). **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, p.22. 9 dez
- ALVES, Ubirajara (1995). Um programa para atender a população da fronteira. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.A-7, 21/22 out.,.
- APROXIMAÇÃO do RS com Corrientes (1995). **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.8. 1 set.
- ATRAINDO investimentos (1995). **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, p.18. 17 nov.
- BERLATO, Gladis (1995). RS perde também a fábrica de motores da Volkswagen. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, p.8. 11 jul.,
- BUENO, Sérgio (1995). Oportunidades de investimentos. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.2. 17 nov. (Relatório).
- BUENO, Sérgio (1995a). Pró-Guaíba decola. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.4. 24 ago.
- CAZIAN, Fernando (1995). Bird libera US\$ 750 mi para governadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.1-10. 20 dez.
- CRIADA em Assunção a rede de mercocidades. (1995). **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, p.57. 13 nov
- DOROTHÉA lança programa de exportação na FIERGS (1995). **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.D-4. 21 nov.
- FIERGS sugere nova política de comércio exterior (1995). **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 28 ago. p.4.
- GOVERNO tenta traçar a rota do MERCOSUL (1995). **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, p.36. 18 nov.
- MACADAR, Beky Moron de, BELLO, Teresinha da Silva. (1990) **O Rio Grande do Sul e a integração Latino-Americana: a economia gaúcha e anos 80**. Porto Alegre, Fundação de Economia . p.646-718.
- MARCHAND, Jussara (1996). Receita com exportação de celulose subiu 70% em 95. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p,C-3. 17 jan.
- MATZEMBACHER, Luiz Oscar (1995). Setor automotivo investe no RS. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.13. 11 jul.
- MERCOSUL tem papel decisivo na vinda de uma montadora (1995). **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, p.24. 22 nov.

METADE Sul ganha grupo executivo (1995). **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.10. 12 out.

PORTO necessita de US\$ 200 milhões (1995). **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.8. 17 out.

PROPOSTA de interiorização do eixo rodoviário São Paulo-Buenos Aires (1993). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo. (mimeo)

TACHINARDI, Maria Helena (1995). Ponte com controle único. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.A-5. 16 nov.

TACHINARDI, Maria Helena (1996). Exportações aumentaram 6,8% em 95. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.A-4. 5/7 jan.